

# Substitutivo, "monstro" criado a partir do nada

O segundo substitutivo de Bernardo Cabral, votado na Comissão de Sistematização, é um "monstro" porque foi criado do nada, sem nenhum referencial anterior. Na votação em plenário, marcada para a próxima quarta-feira, o que se poderia fazer é substituir o que foi feito até agora: realizar um referendo popular, para que o próprio povo dissesse que ele não serve e começar tudo de novo, tomando-se como base a Constituição de 1946. Ou qualquer outro texto que atenda aos anseios da Nação. A sugestão é de Ney Prado, professor de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Aliás, uma tese apoiada por outros juristas de São Paulo.



Rolando de Freitas

## Ney prega consulta para saber se o povo quer o texto

tução aprovada por um Congresso que se sujeitou a parar o relógio pouco antes da meia-noite até ser feita a votação no prazo estipulado pelo regime militar. Em 1969, foi redigida outra Constituição, batizada de "Emenda Constitucional nº 1". Agora se vota a nova Constituição, mas de repente tudo pode mudar? O professor Ney Prado acha que sim: "Em matéria política tudo é possível, porque a política existe para resolver problemas, que no Brasil são complexos, mas não caóticos. Os próprios políticos que criaram os problemas têm uma margem grande para solucioná-los. Tornar o que foi feito até agora sem validade seria o primeiro passo nesse sentido".

A sugestão do professor Ney Prado é que na votação de plenário se parta de um substitutivo global. "Que a Constituição coloque através de referendo popular a opção para que o povo diga 'não serve'. E aí sim, que comece tudo de novo", disse.

Ives Gandra Martins, professor de Direito Econômico no Mackenzie, afirma que a diferença entre a atual Constituição e a de 1946 é que naquela não brincaríamos de fazer Constituição. "Além disso, não havia políticos que viviam no mundo da fantasia como acontece agora", Martins sugere o aproveitamento das duas Constituições anteriores, de 46 e de 67, "com umas correções devidas".

A professora de Direito Constitucional da PUC, Maria Garcia, tem uma nítida preferência pela Constituição de 1967, "expurgados alguns excessos". Ninguém pode deixar de lado o fato de que a Constituição de 1967 teve proble-

mas na origem. Ou, como a própria professora disse: "A Constituição de 46 responde ao reflexo da democracia no Brasil, após longo período ditatorial do Estado Novo". O professor Miguel Reale também tem a mesma opinião da professora Maria Garcia.

Uma constituição democrática não é apenas, como afirmava Otávio Mangabeira, aquela planta tenra que qualquer ventania pode arrancar do solo. Ela é também uma planta de crescimento lento e aclimatada difícil, por causa das condições ecológicas. E para Mangabeira isso queria dizer que o êxito de uma constituição depende em grande parte dos costumes, do grau de disciplina social, da estabilidade econômica, de uma série de outros fatores favoráveis à materialização do legítimo governo democrático.

"Foi em 46 que se fixou os princípios de um estado democrático e liberal", disse Celso Bastos, diretor-geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e professor de pós-graduação na PUC. "As Constituições de 46 e de 67 poderiam servir de ponto de partida para uma discussão atual, atualizados seus textos, é claro".

Se a Constituição de 46 simboliza nitidamente o retorno ao estado democrático e à Federação, a de 67 trouxe péssimas lembranças de um período difícil na vida do País. Mas o professor Celso Bastos tem outro ponto de vista: "O movimento militar teve a habilidade de introduzir só o essencial na Constituição de 67 para viabilizar o seu movimento. Os militares foram até parcimoniosos, agiram como agulhinhas em alguns pontos e fizeram um poder de Estado controlado".

# Livre iniciativa se une. E cria a Frente Ampla

ANAMARCIA SERAPHIM

Reunidos na recém-criada Frente Ampla da Livre Iniciativa, os empresários nacionais estão preparando um texto completo para substituir o anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral assim que for enviado à votação no plenário da Constituinte. A ideia dos integrantes da Frente é passar a atuar em conjunto para derrubar as teses da esquerda na Constituinte. O alvo será a base dos constituintes, em que a Frente pretende desencadear uma grande ofensiva mobilizando o eleitorado contra os parlamentares que estão votando contra os interesses da livre iniciativa. Os representantes de confederações e associações reuniram-se na quinta-feira, em Brasília.

"Não podemos deixar que esses demagogos continuem mentindo para os trabalhadores, aprovando o inviável só para marcar presença na plateia", ameaçou o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, referindo-se à aprovação da estabilidade no emprego pela Comissão de Sistematização. Ele considera a estabilidade um dos muitos exemplos de "falsas melhorias" apresentadas pela esquerda como avanço social e que, na verdade, representam uma "maneira sutil de desestabilizar as empresas e estagnar toda a economia do País".

Um dos participantes da segunda reunião da Frente, realizada na sede da Confederação Nacional da Indústria, com o objetivo de montar uma estratégia comum de todo o empresariado para alterar os itens do substitutivo de Cabral que contrariam os princípios da livre iniciativa, Caiado enfatizou que nenhum dos presentes ao encontro era anti-reforma agrária ou anti-social. "Nossa intenção é oferecer aos constituintes alternativas viáveis, um meio-termo que atenda

tanto o empresariado quando os trabalhadores", sustentou o presidente da UDR, que prefere dividir os constituintes em duas alas distintas: estatizantes e liberais.

A Frente voltará a se reunir na quarta-feira, na sede da CNI, quando deverá definir as datas para início da grande mobilização nacional das bases, que, segundo Caiado, irá além da Constituinte. A médio prazo, a meta são as próximas eleições para vereador. A partir daí, o líder rural pretende conscientizar a população da necessidade de manter-se permanentemente mobilizada como hábito rotineiro da prática democrática como acontece nos países politizados e civilizados. "Temos que praticar isso as 24 horas. Qualquer movimento que não tenha ressonâncias nas bases é natimorto", advertiu o presidente da UDR, garantindo que as bases estão "ávidas para se mobilizar".

Caiado disse que o empresariado sentiu a necessidade de atuar de forma coordenada e conjunta após a aprovação da estabilidade no emprego. A ordem agora é que todos tenham uma única linguagem e juntos apresentem aos constituintes propostas inteligentes para substituir o que rejeitam no anteprojeto de Cabral. Para tanto, as assessorias dos diversos setores da livre iniciativa — tanto urbanos quanto rurais — passarão a trabalhar juntas na análise individual de todas as emendas e destaques do anteprojeto em tramitação na Comissão de Sistematização. "Estamos estudando capítulo por capítulo e, depois de concluído o trabalho, vamos atuar junto aos parlamentares, tentando sensibilizá-los para o que nós achamos atenda aos interesses da livre iniciativa", explicou Caiado, revelando que é um fato inédito no Brasil uma reunião como essa, englobando todos os segmentos do empresariado para atingir um objetivo comum.

Para ele, esta mobilização do empresariado significa uma arrancada no sentido de reverter junto à sociedade a tendência esquizofrênica e estatizante verificada em muitas decisões tomadas na Constituinte e que, na verdade, segundo Caiado, não beneficiam os trabalhadores como muitos constituintes querem fazer crer. Como exemplos disto citou o capítulo da saúde (totalmente estatizado) a agricultura (sem nenhuma definição de política agrícola), a estabilidade (que inviabiliza tudo e aumentará o número de boias-frias), a redução da mão-de-obra e a jornada de 44 horas que considera ridículos. Se prevalecer a opinião da Frente Ampla, muitos artigos na nova Constituição serão remetidos à legislação ordinária. Para Caiado, esses artigos só foram incluídos no texto constitucional porque a maioria dos constituintes está mais preocupada com as galerias e os palanques.

Ele também acha que, se for aprovado o atual texto constitucional, muita gente vai fugir do País, tal o grau de desesperança que tomara conta da população, especialmente do empresariado. Revelou o líder rural que muitos já estão preferindo ser motoristas nos Estados Unidos, Austrália e Canadá a continuar no Brasil, temendo o pior.

Caiado enfatizou que "terra produtiva é sagrada, não pode ser desapropriada nunca". Defendeu a substituição dos Ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária pelo Ministério da Política Agrícola, sustentando que o Ministério da Agricultura do Brasil nunca cumpriu suas verdadeiras funções, que são traçar e desenvolver uma política agrícola no País. E indagou, irônico: "Quem vocês acham que manda mais no Ministério da Agricultura? O ministro ou Yoshiaki Nakanô, chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda?" (Brasília/Ag. Estado).

# O triângulo de ferro

GUILHERME AFIF DOMINGOS

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte partir de um erro fundamental. Isto porque, a estrutura de uma Constituição exige juristas altamente especializados e constitucionalistas para darem harmonia a um texto básico quase que de forma didática, não necessariamente seguindo os cânones acadêmicos, mas que servisse para orientar os constituintes de forma ordenada e íntegra. A não-adoção deste procedimento acabou impondo à maioria dos constituintes uma versão de uma Carta Constitucional que mais se assemelha a um amontoado de leis complementares ou ordinárias do que propriamente a uma Carta Magna. Não nos esqueçamos do alto índice de renovação parlamentar.

Partindo do nada, através das sub-comissões e comissões, produziu-se um texto que, na verdade, marcou as características da constituição: clientelista e corporativa e, dentro da visão corporativista, levaram vantagens a maior corporação do Brasil que é o Estado, e os interesses da nova classe brasileira, a estatocracia.

A partir do jogo de pressões, o triângulo de ferro venceu.

O vértice superior formado pela nova classe — os burocratas —, confundido os interesses sociais com os próprios, fez passar inúmeras "conquistas" que centralizam nas mãos do Estado os setores sociais como Educação e Saúde. "Verbas públicas para educação e saúde públicas" comprometidas limitaram o espaço de opção do trabalhador para progredir na obtenção de serviços de melhor qualidade no setor privado. O desejo dos estatocratas não corresponde ao desejo dos trabalhadores pois, em sua esmagadora maioria, na hora dos dissídios coletivos, o primeiro item das reivindicações é de assistência médica particular. Pergunte a um trabalhador se não gostaria que seu filho estudasse em escola particular? E o fosso existente entre a intenção da Nação e o interesse do Estado.

O vértice inferior esquerdo do triângulo também foi contemplado. São os nacionalistas de meio que confundem os interesses nacionais com os próprios. A está capitalismo sem risco, dividido entre os donos de cartórios empresariais privados, contemplados

com as reservas de mercado, e a "constitucionalização" dos subsídios, além dos cartórios empresariais públicos com os monopólios garantidos graças às pressões de seus bravos servidores, que, inclusive, rejeitaram todas as tentativas de se introduzir na Constituição o princípio do concurso para acesso à empresa pública. Princípio este já consagrado em instituições sérias como o Banco do Brasil. Esse vértice constituiu pelos capitalistas que só têm a "lista", mas não o "capital", é que vai exaurir os fundos públicos que serão engorçados com o assalto tributário da Constituição, a qual instituiu para obras de interesse nacional ou para absorção temporária do poder aquisitivo. Em resumo: aumentaram as taxas estatais às custas do pobre contribuinte. Tiram de todos para dar a alguns.

Por último, o terceiro vértice do triângulo de ferro composto dos políticos à cata de votos. Apoiaram todas as conquistas sociais pois, afinal das contas, é destas conquistas que saem os empregos para os parentes, amigos e correligionários.

Apoiaram as conquistas dos empresários públicos ou privados que monopolizam os interesses nacionais, pois financiaram suas campanhas.

E conquistaram o parlamentarismo, forma pela qual se cassa o direito de o povo indicar o presidente, pois a maioria parlamentar está nas regiões onde o que menos há é eleitor.

A Constituição está recebendo os contornos mais nítidos da ditadura do status quo. O triângulo de ferro está se consolidando com o apoio do PMDB. E o povo? Bem, esta é outra história pois, afinal das contas, o estelionato eleitoral do Plano Cruzado foi usado para isso mesmo!

Uma única esperança que nos resta é que os parlamentares não comprometidos com o jogo das cúpulas partidárias se unam na tentativa de escrever um substitutivo que permita à Nação brasileira substituir os conceitos da Constituição do "querer o meu" pela Constituição que realmente represente os anseios do povo brasileiro.

Guilherme Afif Domingos é deputado constituinte pelo PL de São Paulo

# Regimento é inconstitucional

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Bernardo Cabral é um brilhante e íntegro advogado que, inexplicavelmente, produziu um texto constitucional da pior qualidade. O projeto, hoje em discussão na Comissão de Sistematização corresponde ao complexo mais desarmônico de comandos ordinários elevados ao patamar de princípios supremos. O substitutivo constitucionaliza preceitos ordinários e ordinariza princípios constitucionais, na medida em que os esboça.

Se o Brasil vier a ser conformado juridicamente por tal texto, sobre voltar-se para o passado, inviabilizará sua economia, seus órgãos constituídos, comprometendo o futuro da nação, de forma irreversível, dentro deste século.

O tipo de parlamentarismo aprovado é de exemplo marcante daquilo que o fisiologismo pode gerar no meio do pequeno grupo de constituintes que trabalha na Comissão, que melhor seria chamada de "dessistematização".

Tal parlamentarismo não hospeda nem o voto distrital, nem a burocracia profissionalizada, nem o Banco Central autônomo, visto que permite empréstimos ao Banco do Brasil, nem a dissolução do Congresso incondicionada. Os mecanismos clássicos de responsabilização do parlamento, que tem poder de

vida e morte sobre o gabinete, não existem e foram, deliberadamente, abandonados no projeto Cabral II, razão pela qual o mais democrático dos sistemas de governo se transforma no mais ditatorial regime de exercício de poder entregue a um parlamento irresponsável e irresponsabilizável.

O Parlamentarismo criado, portanto, paralisará o País, que os parlamentares não governarão, mas impedirão que se governe, sobre abrirem o cenário congressionista para toda a espécie de acordos e composições, mais ou menos dignas.

Cada vez me convenço mais de que o projeto Cabral II deve ser abandonado e a maioria dos constituintes (mais de 80%) que não participa da elaboração desse infeliz conglomerado legislativo deve partir para a apresentação de um substitutivo completo, posto que assim está autorizada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 26/85.

Que os constituintes brasileiros que foram discriminados da Comissão de Sistematização reassumam o direito sagrado de representação do povo que os elegeu e não permitam que tal aberração se transforme na Carta Magna brasileira.

Ives Gandra da Silva Martins é especialista em direito tributário

# Os equívocos e as lacunas do Cabral II

MIGUEL REALE

Não é fora da Assembleia Nacional Constituinte, mas dentro dela que se poderá encontrar um caminho para se chegar a um texto constitucional pelo menos razoável. Contento-me com a razoabilidade, pois, a esta altura dos acontecimentos, seria ilusório pensar-se em termos de excelência, tais e tantos são os equívocos e lacunas do texto ora submetido à Comissão de Sistematização.

Se, como efeito, Bernardo Cabral teve o mérito de eliminar duzentos e poucos artigos do teratológico anteprojeto inicial, escamoteando de abusos evidentes, faltou-lhe coragem para realizar um trabalho orgânico e sintético, baseado em quatro diretrizes essenciais: excluir do anteprojeto tudo o que não fosse de natureza constitucional; optar por um regime de poderes bem definidos, sem procurar conciliar normas antagônicas; não ter receio de divergir de soluções pretensamente progressistas, mas de cunho manifestamente populista, quando não demagógico; e, por fim, repelir propostas de revoltante favorecimento pessoal.

Tais defeitos agravaram-se na Comissão de Sistematização, tal o número avassalador de destaques, cada deputado não abrindo mão de seu ilimitado poder de emendar. Como os dias vão passando e as prorrogações se sucedem, com o risco de a Assembleia Constituinte afogar-se em sua desmedida pretensão legislativa, só vejo uma solução: uma heróica atitude de autocrítica por parte dos parlamentares mais responsáveis, optando-se por drástica limitação do poder de emendar, restringindo-o aos grandes temas, ou para supressão de disposições absurdas que ameaçam pôr em risco o equilíbrio do sistema federativo, como, por exemplo, a extensão do parlamentarismo aos Estados e o empobrecimento tributário da União.

Em segundo lugar, haverá necessidade de uma decisão definitiva e heróica quando se chegar à votação em plenário, graças à formação de maioria parlamentar suprapartidária, disposta a preservar a linha de prudência, de medida e de bom senso que deve caracterizar os textos constitucionais. Nesse sentido, seria altamente salutar a ação esclarecedora da imprensa oral e escrita, expressando os valores dominantes da opinião pública.

Infelizmente, foi inútil advertir que uma Constituição não é uma urna na qual se depositam todos os desejos, mas um estatuto político sintético e sistemático por sua própria natureza, o qual exige competência teórica e a suprema coragem do sacrifício do acessório e do supérfluo, preservando-se a ação futura do legislador ordinário em razão de novas conjunturas emergentes. Estamos, em verdade, ameaçados de sofrer o bloqueio do processo democrático, num clima de insegurança e de incertezas.

Miguel Reale, jurista, foi reitor da USP.



Sergio Boger

## Carneiro, apoiado por Arinos, vence Cabral. E passa um parlamentarismo mais puro

# O parlamentarismo à brasileira

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Para concluir ontem, pela manhã, a votação do sistema de governo, detalhando como funcionará o parlamentarismo à brasileira, a Comissão de Sistematização determinou que, ao ser decretada a dissolução da Câmara dos Deputados, os mandatos dos deputados federais serão garantidos até o dia anterior à posse dos novos eleitos e, no caso de renúncia ou morte do primeiro-ministro, ocupará o cargo, até a posse do novo gabinete, o ministro da Justiça.

A Comissão de Sistematização precisou de apenas duas horas e cinco minutos para completar o capítulo dedicado ao sistema de governo, que foi iniciado na sexta-feira pela manhã. A primeira emenda aprovada foi a do senador Nelson Carneiro, que substituiu todos os dispositivos entre os artigos 98 e 101 do projeto de Constituição elaborado por Bernardo Cabral.

A emenda de Nelson Carneiro detalha todos os trâmites para formação do governo, com a indicação do primeiro-ministro pelo presidente da República e a dissolução da Câmara na hipótese de duas rejeições consecutivas do primeiro-ministro indicado. Aprovado seu nome, o primeiro-ministro tem dez dias para apresentar seu programa de governo.

Pela emenda de Nelson Carneiro, o presidente da República terá duas oportunidades para escolher o primeiro-ministro. No caso de rejeição dos dois, a Câmara formará o seu gabinete e haverá então uma segunda hipótese de dissolução: se o programa de governo do seu primeiro-ministro for rejeitado. O presidente da República dissolverá a Câmara e convocará eleições extraordinárias (em prazo não estipulado pela emenda).

Uma emenda do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) determinou que o primeiro-ministro comparecerá semanalmente à Câmara Federal para a prestação de contas do seu governo. Outra, do mesmo senador, estabeleceu que o líder da oposição e o colégio dos seus vice-líderes ficam autorizados a responder pelos assuntos correspondentes às pastas ministeriais existentes, recebendo tratamento compatível com o concedido em lei ao primeiro-ministro e aos membros do Conselho de Ministros.

A Comissão de Sistematização aprovou também emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), determinando que caberá à lei ordinária dispor sobre a criação, estrutura e atribuição dos ministérios, bem como sobre o secretariado permanente, organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso público de títulos e provas.

A Comissão aprovou ainda

emenda do deputado Jorge Hage, que troca a denominação do capítulo II, do título V, de "do Executivo" para "da Presidência". A alegação do autor da proposta é de que esta é a denominação mais adequada para o sistema parlamentar de governo. Voltaram a favor 60 constituintes e 1 contrariamente, registrando-se nove abstenções.

## EXPLICAÇÕES NA TV

Com a votação completa do capítulo relativo ao sistema de governo, a Comissão de Sistematização só volta a se reunir na terça-feira, às 9 horas. Mas antes de partirem para o fim de semana prolongado, os constituintes aprovaram a proposta de convocação de uma cadeia nacional de rádio e televisão, para que possam explicar à população o trabalho que vem sendo feito desde fevereiro.

Previsto pelo regimento interno da Constituinte, o programa deverá ter uma hora de duração, mas ainda depende de aprovação do deputado Ulysses Guimarães. Os constituintes querem aproveitá-lo também para protestar contra as acusações do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que teria afrontado a soberania da Constituinte em declarações públicas. O presidente da Comissão de Sistematização no momento, deputado Aluísio Campos, informou que levaria a Ulysses Guimarães a proposta de convocação da cadeia de rádio e televisão.

# Sarney ainda crê na vitória

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney acredita na manutenção do regime presidencialista de governo pelo plenário da Constituinte, revertendo a decisão tomada agora pela Comissão de Sistematização. A expectativa do presidente foi revelada ontem por um dos seus mais íntimos colaboradores, o ministro do Desenvolvimento Urbano e Habitação, Prisco Viana. Segundo Prisco, Sarney recebeu o resultado da votação na Sistematização com naturalidade, pois já o tinha como certo.

Na avaliação do ministro, o que aconteceu sexta-feira não foi uma disputa entre parlamentares e presidencialistas e sim entre opositor e defensores do governo Sarney, descaracterizando o tema do debate. Mesmo assim, afirmou, o governo sabia que não dispunha de maioria na Sistematização. Mas está certo de

consegui-la no plenário. A estratégia do governo, aliás, começou a ser desenvolvida pelo presidente logo depois da posse do novo ministro da Educação, Hugo Napoleão, num encontro mantido com Prisco, o ministro Antônio Carlos Magalhães e o deputado Carlos Sant'Anna.

Segundo Prisco Viana, o presidente Sarney não fez nenhum pedido nem permitiu nenhuma pressão sobre os constituintes, para que cada um votasse de acordo com sua consciência. Assim devem ser conduzidas as questões políticas doutrinárias, entre o presidente, na avaliação do ministro. Na Sistematização, a votação foi emocional e os campos já estavam definidos, acredita. Para a votação em plenário, porém, os grupos ligados ao governo vão tentar vencer os indecisos sobre as vantagens do presidencialismo. Pelas contas do governo, os indecisos são numerosos e a tese de manutenção do atual regime conta com o apoio da maioria dos parlamentares.

## CASA CENTRO

CERTEZA DO MELHOR NEGÓCIO

Despachamos para todo o Brasil. Atacado e Varejo.

Shopping Iguatemi piso Faria Lima